



O jornalismo e a LAI (Lei de Acesso à Informação)



- ✓ O que é jornalismo? Uma breve história
- ✓ A revolução digital e a era da (des)informação
- ✓ Os perigos do imediatismo digital
- ✓ Os princípios do jornalismo
- ✓ Verdade x Mentira
- ✓ Fato x Opinião: a chave de tudo
- ✓ Entendendo sobre a LAI (Lei de Acesso à Informação)



O objetivo principal do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e autônomos.

Bill Kovach e
Tom Rosenstiel, em
*Os Elementos do
Jornalismo*



O que é jornalismo? Uma breve história

Neste segundo fascículo, investigamos o mundo do jornalismo e de como as fontes e os canais de informação mudaram a partir da revolução digital, com todos os seus avanços e desafios tecnológicos. Afinal, uma sociedade bem informada é vital para que possa interferir nos processos políticos de seu território. Então, o que é jornalismo?

Recorrendo à definição mais usada, jornalismo é a atividade de reunir, verificar e publicar informações atuais e de interesse público através de suas diversas mídias, podendo ser texto, áudio ou vídeo. O jornalismo, quando bem executado, ajuda a fiscalizar governos e promover maior transparência sobre suas ações, além de propor debates e contribuir para um melhor entendimento na sociedade.

O jornalismo passou por diversas transformações ao longo do tempo, acompanhando as novas plataformas e tecnologias que foram surgindo. O primeiro “jornal” do mundo foi o *Acta Diurna*, surgido em 69 a.C. a partir do desejo de Júlio Cesar de divulgar os principais acontecimentos da então República, como campanhas militares, julgamentos e execuções.



Reprodução

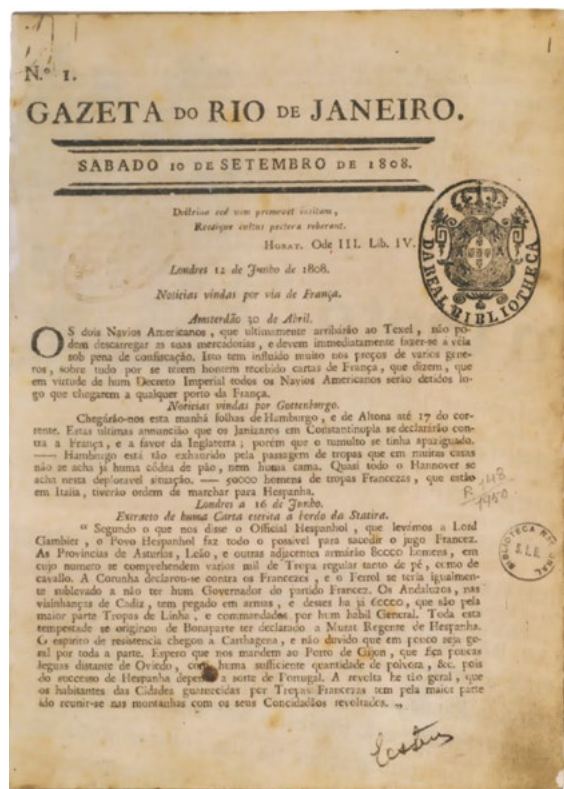
Em 1447, Johannes Gutenberg conseguiu transformar a prensa móvel numa máquina de impressão, o que permitiu a produção em massa de diversos materiais impressos. Um desses meios foi o jornal, que teria grande circulação entre comerciantes, para a divulgação de notícias mercantis.



Para se aprofundar na técnica da prensa, conheça o curso de [Xilografia](#) do nosso EaD!

A publicação periódica iniciou-se na Europa no século XVII – sendo que na Alemanha ocorreu em 1609 e em Londres em 1665. Com a invenção do telégrafo, em 1844, as notícias passaram a circular mais rápido e, já no final do século, se estabeleceram de vez em todo o mundo.

Já no Brasil, o primeiro jornal lançado foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, fruto da transferência da corte portuguesa para o país. Restrito aos interesses da Coroa, o jornal consistia de comunicados do governo e era voltado para a vida cortesã. Esta era a única publicação permitida na época. Outras publicações eram terminantemente proibidas.



Reprodução

Acima, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.
Ao lado, Johannes Gutenberg.

No final do século XIX houve uma explosão de novas publicações, que seguiram se expandindo no século XX. Porém muitas dessas publicações tiveram vida curta, algumas delas foram fechadas por governos em períodos menos democráticos de nossa história.

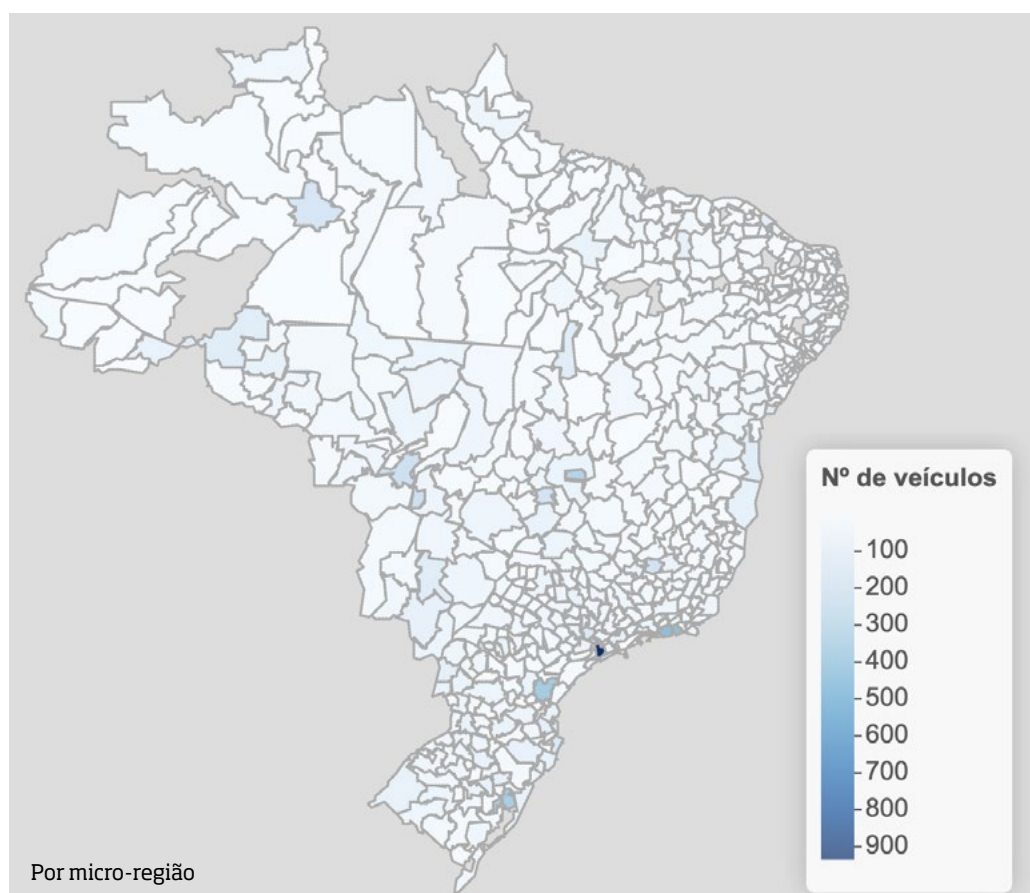
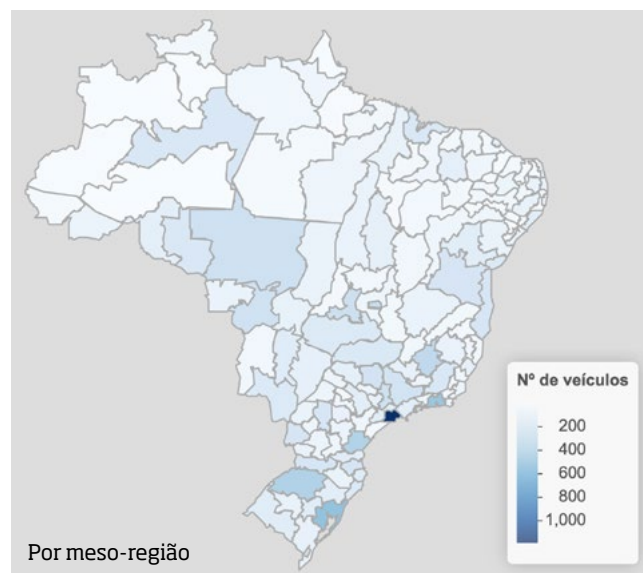
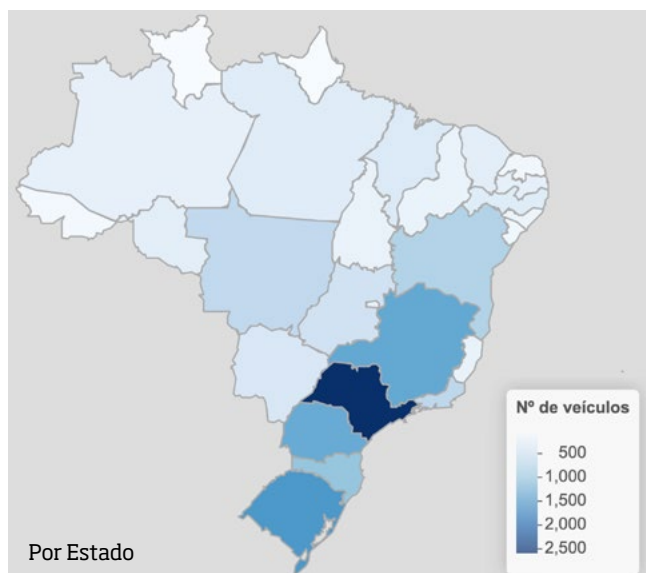


Independente disso, a ascensão do jornalismo a partir do final do século XIX tem relação direta com a ascensão das sociedades abertas e livres. Foi através do jornal que os princípios democráticos e republicanos foram defendidos, o que ajudou a formar gerações de leitores mais informados e reflexivos sobre o debate público.

O jornal seguiu reinando absoluto até o final do século XX, andando junto com o jornalismo

televisivo, que se popularizou a partir dos anos 1960. Mas na virada do século, essa situação mudaria de forma significativa, que abordaremos no próximo tópico.

Mas, mesmo hoje, o *Atlas da Notícia*, que mapeia veículos por todo o nosso território, informa que ainda somos carentes de informação de qualidade, seja ela pelas vias impressas ou digitais.



A revolução digital e a era da (des)informação

Com a chegada da cultura digital, era certo que as maneiras de se informar mudariam de forma significativa. Na década de 2000, com a popularização da banda larga, os conteúdos de jornais e revistas foram reproduzidos em seus respectivos *sites* e podiam ser acessados por computadores. A partir da década de 2010, com a massificação dos *smartphones*, as pessoas passaram a consumir informação em tempo real através de seus celulares, o que acelerou a migração do analógico para o digital de forma exponencial.

No início deste século, na crescente conectividade das sociedades, o grande debate era sobre a “democratização da informação”, que trazia a promessa de uma nova era. Com a informação chegando a um público muito mais amplo, imaginou-se que um novo público-leitor ganharia voz e poderia contribuir para o debate público.

Na década de 2020, ficou demonstrado que estes sonhos não só não se realizaram, como criaram um abalo civilizacional. Saímos de uma situação em que a informação não era acessível para todos, para uma situação em que a desinformação passou a pautar o debate público.

Segundo o historiador Yuval Noah Harari:

“No passado, a censura funcionava bloqueando o fluxo de informação. No Século XXI, ela o faz inundando as pessoas de informação irrelevante. Não sabemos mais a que prestar atenção e frequentemente passamos o tempo investigando e debatendo questões secundárias. Em tempos antigos, ter poder significava ter acesso a dados. Atualmente ter poder significa saber o que ignorar.”

Portanto, a maneira de manter o público engajado e, ao mesmo tempo, alienado passou a ser plantando notícias falsas (*fake news*) e levantando suspeitas sobre questões antes indis-

tíveis. Outro ponto relevante é que as notícias deixaram de circular através da imprensa e passaram a circular através de interações em redes sociais, onde não há qualquer controle editorial e não há qualquer diferenciação clara entre texto factual e texto de opinião.

Um dos resultados diretos dessa máquina de desinformação ficou evidente durante a pandemia da *Covid-19*, quando médicos, especialistas e infectologistas precisaram vir a público defender a eficácia das vacinas pela primeira vez em 100 anos. Desafios dessa ordem se tornaram comuns desde então e o jornalismo tem tido dificuldades em combater essas estruturas.



Reprodução

A nova cultura digital e a hiperconectividade trouxeram consigo outra armadilha perigosa: o imediatismo. Quem nunca se viu numa situação de não poder responder a uma mensagem instantaneamente por estar ocupado, para só depois descobrir que a pessoa do outro lado aguardava ansiosamente a resposta?

A velocidade de propagação de mensagens, *links*, memes e *posts* em redes sociais criaram uma sensação de urgência constante nos usuários. O filme *O Dilema das Redes* ironiza o fato de essas pessoas serem chamadas de “usuários”, afinal, o vício é semelhante ao dos usuários de drogas. As drogas produzidas pelos nossos celulares são processadas exatamente da mesma forma em nosso cérebro: a serotonina (responsável pela regulação do humor) e a dopamina (que atua no sistema de recompensa cerebral).

Os perigos do imediatismo digital

A nova cultura digital e a hiperconectividade trouxeram consigo outra armadilha bastante perigosa: o extremo imediatismo. Quem nunca se viu numa situação de não poder responder a uma mensagem instantaneamente por estar ocupado com alguma tarefa, para só depois descobrir que a pessoa do outro lado estava aguardando a resposta imediata e morrendo de ansiedade?

A velocidade de propagação de mensagens, *links*, *memes* e *posts* em redes sociais criaram uma sensação de urgência constante nos usuários dos serviços. O filme *O Dilema das Redes* ironiza o fato de essas pessoas serem chamadas de “usuários”, afinal, o vício que adquirem é bastante semelhante ao dos usuários de drogas. A diferença é que as drogas produzidas pelos nossos celulares são processadas em nosso cérebro: a serotonina (responsável pela regulação do humor) e a dopamina (que atua no sistema de recompensa cerebral).

Editoriais, matérias investigativas e artigos exigem do público um tempo para reflexão – tempo que o público não está disposto a “gastar”, sob a justificativa de “não ter tempo para isso”. Nesse sentido a sociedade hiperconectada recorre às simplificações, mesmo em questões complexas. Segundo Han (2016),

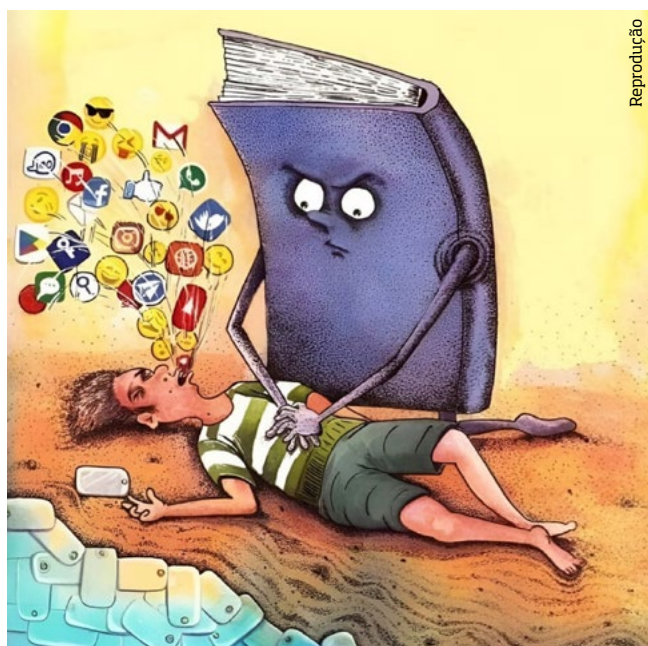
“Hoje a comunicação visual se realiza como contágio, ab-reação ou reflexo. Falta-lhe qualquer reflexão estética. Sua estetização é, em última instância, anestésica. Por exemplo, para o julgamento de gostar – I like (eu gosto) – não se faz necessário qualquer consideração mais vagarosa. As imagens preenchidas pelo valor expositivo não demonstram qualquer complexidade; são inequivocamente claras. Falta-lhes qualquer tipo de fragilidade que pudesse desencadear uma reflexão, em reconsiderar, um repensar. A complexidade retarda a velocidade da comunicação, e a hipercomunicação anestésica, para acelerar-se, reduz a complexidade.”

HAN, em *A Sociedade da Transparência*

Dessa forma, tudo o que os produtores de conteúdos das mídias digitais não querem é que você reflita antes de clicar no botão “curtir” ou “comprar”. Não querem que você repense antes de soltar aquela postagem raivosa e ofensiva sobre algo ou alguém que odeia. Não querem que você vá apurar melhor se essa “informação bombástica” é realmente verdadeira. Só querem que você reaja instintivamente e pré-reflexivamente.

Um valor já consolidado na nossa cultura digital diz que se você não está pagando por algum serviço, é porque você é o produto.

Então, qual seria o seu papel, enquanto “produto” dessas plataformas? Sim, que você curta e compartilhe tudo “em tempo real”. Que você aja por impulso e que os ajude a promover seus conteúdos. Que, enfim, você cumpra o seu papel e seja de fato o “produto” nessas plataformas, fornecendo voluntariamente seus dados e seu tempo.



Sobre este tema, o editorial da última edição do *Jornal da Tarde*, em 31/10/2012 foi profético:

"Desenhado para chegar às bancas no início da tarde, o JT pôde, na primeira metade de sua vida, dar-se ao luxo de funcionar na velocidade das ideias e concentrar-se com o necessário vagar no tratamento dos fatos, na avaliação do seu significado e na sua apresentação em imagens e palavras nunca antes tão cuidadosa e competentemente trabalhadas na história da imprensa brasileira. [...] No momento em que não só o jornalismo, ferramenta essencial da democracia, mas o pensamento escrito como um todo se debatem novamente numa crise que é, essencialmente, uma crise universal de desajuste de velocidades, vale a pena nos determos mais uma vez nesse aspecto que, para o bem e para o mal (quando a vantagem do tempo de processamento lhe foi suprimida), definiu a história e a trajetória do Jornal da Tarde. [...] A submissão acrítica ao fascínio da velocidade sem rumo devolve a humanidade a uma crescente incapacidade de pensar e vai reduzindo a vida a uma sucessão de reações automatizadas de sobrevivência onde somos nós que, em bando, servimos às máquinas e não elas que nos acrescentam à individualidade, à segurança e ao conforto material ou espiritual. Superar a barbárie e dar a cada homem as rédeas do seu próprio destino é o objetivo da democracia."



Reprodução

O grande questionamento dos dias atuais é: precisamos mesmo ficar *on-line* 24 horas por dia, 7 dias por semana, buscando curtidas e engajamentos e interagindo em tempo real?

Ou ainda: será que estamos sabendo respeitar o tempo das coisas? Será que estamos tendo a sabe-

doria de entender o que é urgente e o que não é?

Entender que as questões mais complexas – como a Cidadania, a Política e o Jornalismo – exigem mais tempo e reflexão pode ser um bom começo para escapar dessas armadilhas que a vida digital nos impõe.



Os princípios do jornalismo

Ao ler este fascículo, você deve estar se perguntando o que podemos fazer para sair desta situação. Bem, primeiro de tudo, precisamos resgatar alguns princípios básicos do jornalismo, e entendê-los melhor, antes de avançarmos para a busca por soluções.

Todo mundo já ouviu que a premissa do jornalismo é sempre ouvir os dois lados – ou mais, se existirem. É através desses diferentes ângulos que o bom jornalismo monta o quebra-cabeça que irá compor o que chamamos de “fatos”. Porém, a questão é um pouco mais complexa.

Quando se fala em jornalismo, cobra-se muito a imparcialidade dos veículos – imparcialidade aqui entendida como distanciamento, no sentido de compreender que os fatos não estão a favor ou contra nada, nem ninguém. São apenas

fatos, que podem ser incômodos, mas, na maioria das vezes, não são excitantes e muito menos devem ser usados como gatilho para “engajar” o público.

Assim, precisamos ter muito cuidado para não contaminar a publicação com versões enviesadas ou sensacionalistas dos fatos ou, no limite, até manipuladas, de forma a atender a objetivos comerciais ou, pior, a uma agenda política.

A questão é que a imparcialidade, no sentido purista do termo, não existe. Os veículos são feitos por pessoas e, independente da frieza dos fatos, existe um tratamento que se dá às notícias. Esse tratamento é o que chamamos de linha editorial – e neste particular, é salutar que os veículos sejam transparentes quanto a isso, publicando suas opiniões sobre os grandes temas do país.



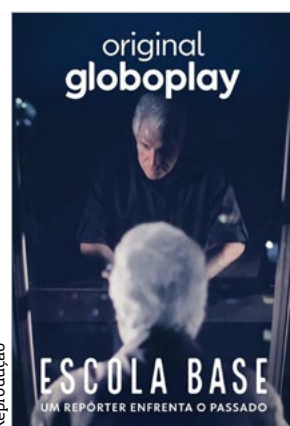
Reprodução

Redação de A Gazeta/CBN



Ao contrário do que muita gente pensa, é perfeitamente aceitável que o jornal se posicione sobre um tema e até recomende seu voto em determinado candidato, mas desde que na seção certa: o editorial, que deve ficar na seção de opinião. Isso não apenas pode acompanhar a linha editorial do veículo, como também serve para dar mais transparência à publicação e esclarecer ao leitor sobre suas posições. Da mesma forma, o jornal também pode não recomendar voto em ninguém, se compreender que nenhum dos candidatos esteja à altura do cargo em disputa.

O que não pode haver é a distorção ou a manipulação dos fatos. Se alguma mentira for publicada, ou algum fato reportado não tiver recebido a devida apuração, o veículo deve ser responsabilizado por isso e sua credibilidade fica manchada. Um dos episódios mais tristes da história do nosso noticiário foi o do caso da “Escola Base” em 1994, até hoje uma ferida aberta do jornalismo brasileiro.



DOCUMENTÁRIO

Escola Base: um repórter enfrenta o passado

Direção: Caio Cavechini, Eliane Scardovelli

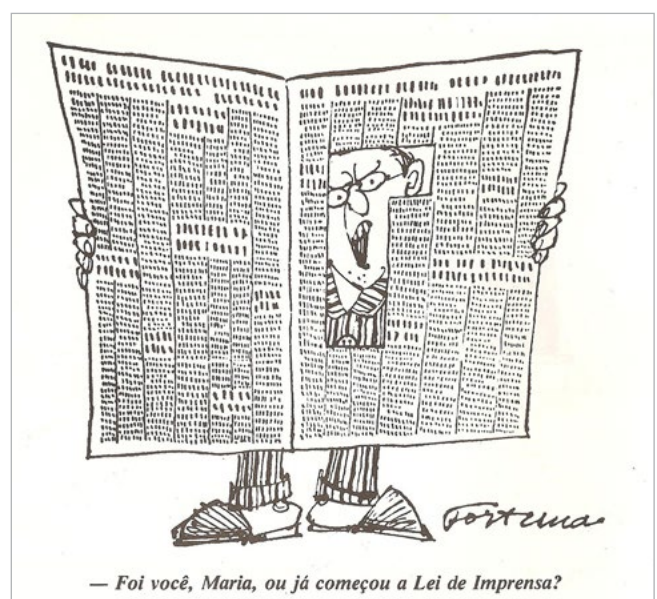
Globoplay, 2022.

Esse episódio acabou balizando o trabalho de jornalistas e redefinindo a forma como as notícias devem ser tratadas, sem se deixar levar pela denúncia inicial, por mais escandalosa que seja. Se esse suposto escândalo não se comprovar, injustiças terão sido cometidas e vidas podem ser destruídas.

Assim como o Estado, o jornalismo deve ser laico. Precisamos resgatar algumas separações entre conceitos que são diferentes em sua natureza e objetivos. Por exemplo: jornalismo é diferente de publicidade/*marketing*. O objetivo do primeiro é informar, o do segundo é o de vender/engajar o público.

Outro ponto sensível na discussão é o dos jornais e veículos de informação sendo pautados pelas redes sociais, pois essa é a grande armadilha para que se caia no sensacionalismo, no *marketing* do escândalo e no radicalismo.

O resgate do jornalismo hoje tem a ver com a retomada desse princípio de equilíbrio e de sociedade aberta, que se consolidou no século XX. Sendo assim, um dos pontos de partida para essa retomada é o seguinte: fato é diferente de opinião. É disso que falaremos no próximo tópico.



A Lei de Imprensa, sancionada em fevereiro de 1967 pela Ditadura Militar, decretou que todos os filmes e programas de TV deveriam apresentar na tela uma autorização rubricada pelos censores do governo. No ano seguinte, viria o AI-5, que conferia ao presidente poderes para a imposição de censura prévia sobre todos os meios de comunicação.

PARA LEMBRAR SEMPRE

Fato ≠ Opinião

Jornalismo ≠ Publicidade

Informação ≠ Entretenimento



Verdade x Mentira

Afinal, o que é verdade? Essa é uma das perguntas fundamentais que Yuval Noah Harari traz em seu livro *Nexus*. Numa pergunta sobre fatos históricos, as “verdades” podem variar.

O que existe, ele explica, são as verdades objetivas. Fatos que podem ser verificados e comprovados, sem qualquer contestação. Por exemplo, é verdade que você se matriculou neste curso e está seguindo o conteúdo. E é verdade também que nós, do Instituto, temos como comprovar se

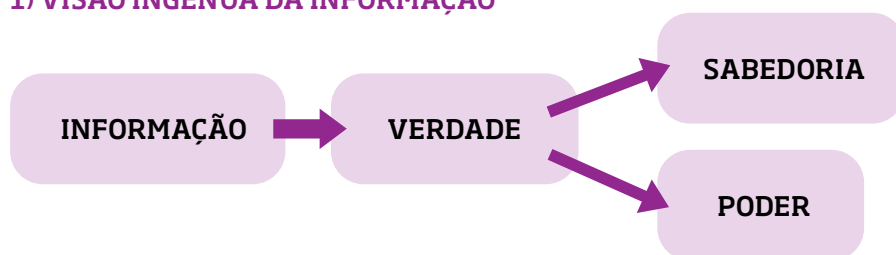
você seguiu a plataforma e compareceu às aulas interativas. Essa mesma precisão não pode ser verificada em questões mais subjetivas, que trazem diferentes perspectivas, de acordo com o interlocutor.

Uma verdade objetiva é que, nas redes sociais, a mentira é muito mais sedutora e viral do que a verdade. Todas as métricas comprovam isso. Mas afinal, por que isso acontece? Harari explica:

“A verdade é muito complicada, porque a realidade é complicada. Se você quiser saber a verdade sobre a estrutura física do mundo ou sobre o que causa as epidemias, é muito complicado. Já uma ficção pode ser tão simples quanto você quiser que seja, e as pessoas geralmente preferem as histórias mais simples, porque elas são mais fáceis. Além disso, a verdade é geralmente dolorosa e pouco atraente. Você precisaria ir para a terapia e ficar lá por anos para perceber a dor que pode ter causado em entes queridos ou até da dor que causou a si mesmo. Não é fácil reconhecer verdades como essas. Já a ficção pode ser tão atraente e exótica quanto nós quisermos que seja, então nesse mercado de informação que se criou, a verdade está enterrada no fundo, longe da superfície.”

E o que é informação? Segundo filósofos, ela pode ser definida como um componente básico da realidade. Assim, o livro traz as três visões sobre a informação. Vamos começar pela visão ingênua:

1) VISÃO INGÊNUA DA INFORMAÇÃO



Segundo o autor, a visão ingênua da informação sustenta que, quanto maior a quantidade de informação acumulada, mais fácil chegamos à verdade e, portanto, maior será a nossa capacidade de transformá-la em sabedoria e conhecimento. Ele classifica essa visão como ingênua justamente por ela não considerar que a grande maioria da informação produzida é lixo e, ao invés de nos levar à verdade, nos leva à retrocessos. Vamos conhecer agora a visão populista da informação.

2) VISÃO POPULISTA DA INFORMAÇÃO



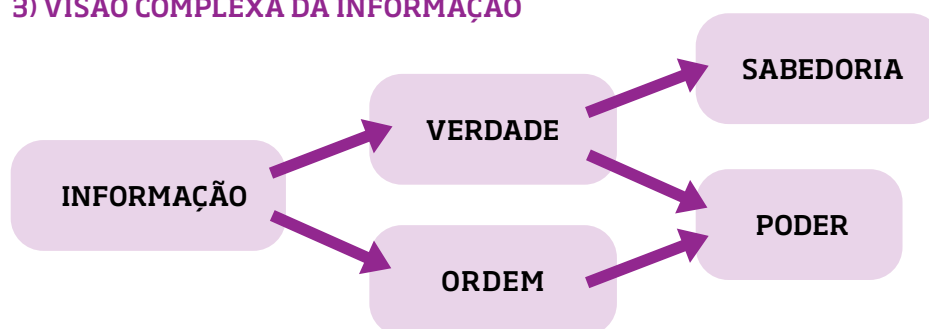
Já a visão populista tem como porta-vozes os líderes carismáticos, que acusam as instituições de mentirem para o público para se manterem no poder e garantir seus privilégios. Assim, juízes, médicos, jornalistas, acadêmicos, entre outros formam uma elite sem qualquer compromisso com a verdade e com o “povo” (e, claro, eles próprios seriam os detentores da verdade, pois eles são o povo). Vertentes mais radicais defendem que não existem verdades objetivas e que cada um pode ter a sua própria verdade. Essa é uma visão de mundo cuja única realidade é o poder e a desinformação é usada como arma.

Harari lembra que, ao longo da história, informações foram usadas muito mais para criar ordem, e não para descobrir a verdade. É aí que os populistas e especialistas em mitologia (que podem ser políticos, sacerdotes ou até CEOs) entram em cena, com o objetivo de estabelecer uma ordem social, contrariando a visão ingênua sobre a informação. Assim, ocorre um desequilíbrio em nossa busca pela verdade, pois é mais fácil manter a ordem por meio de ficções e narrativas.

“Quase sempre, as pessoas que conhecem os fatos – seja da física, biologia ou história – recebem ordens de especialistas em mitologia ou teologia. Esse é um desequilíbrio que observamos por toda a história. [...] Uma bomba construída sem o conhecimento de física não vai explodir. No entanto, uma ideologia construída sem levar em conta os fatos ainda pode se revelar explosiva.”

Dessa forma, Harari propõe o que ele chama de visão complexa da informação.

3) VISÃO COMPLEXA DA INFORMAÇÃO



Na era da Inteligência Artificial, mais tecnologia, melhores conexões de internet, algoritmos mais sofisticados e mais canais de informação não só não garantem uma melhor apuração dos fatos, como favorecem a visão populista, uma vez que constatamos no fascículo 2 que o objetivo das gigantes da tecnologia é “aumentar o engajamento dos usuários”, e não contribuir com novos dados científicos e avanços da humanidade. Contribui para esse cenário o fato de que os mecanismos de autocorreção das instituições democráticas estão falhando, o que favorece a descrença na própria democracia.

Fato x Opinião: a chave de tudo

As redes sociais, a princípio, serviriam como plataformas em que as pessoas poderiam repercutir as notícias e, dessa forma, ajudar a ampliar os canais do debate público. A premissa era interessante, lá no início, porém, não foi isso que aconteceu. Vários pontos de confusão foram se introduzindo, um a um, de forma que o caos e a entropia tomassem conta do ambiente.

Isso não foi um experimento que deu errado. Ao contrário: para os arquitetos da ideia, deu muito certo. A primeira questão foi derrubar a fronteira que existia - ou deveria existir - entre jornalismo e publicidade/*marketing*. Misturar as estações certamente garantia lucros aos patrocinadores da ideia e aos produtores desses novos conteúdos.

A partir do momento em que permitimos que os fatos fossem revistos, manipulados ou até deformados para “criar engajamento”, caíram as bases de um denominador mínimo comum, de onde deveriam partir os debates da sociedade. Não é coincidência que, a partir desse rompimento factual/histórico, passamos a permitir falsos debates sobre fatos cientificamente comprovados,

como a eficácia das vacinas. Quando o contrato social é rasgado, quem perde é a sociedade.

Um fato que já foi comprovado e hoje é de conhecimento público é que os promotores das chamadas “verdades alternativas” - também conhecidas como “narrativas” - não estão numa cruzada ideológica. Ao contrário: eles nem sequer acreditam nas ideias que ajudam a impulsionar. O fazem por mera questão financeira, pois descobriram que havia um público ávido por consumir essas narrativas, por mais estapafúrdias que fossem.

Mas como eles conseguiram emplacar essas narrativas? Assim chegamos ao “X” da questão. Qualquer fato, antes compreendido e aceito como verdade, a partir daquele momento poderia ser distorcido por alguma opinião que, mesmo sem embasamento nenhum, já serviria de contraponto. Até mesmo fatos já cientificamente comprovados há séculos poderiam ser subvertidos pela opinião de qualquer usuário com uma narrativa bem construída e por um público disposto a acatar essa nova opinião. De acordo com Cavalcanti (2025):

“Nos últimos anos, frente ao disseminado fenômeno social de confusão entre liberdade de opinião e rebeldia contra verdades factuais evidentes, foi preciso defender o valor dos fatos. Nessa empreitada, resgatou-se a célebre frase do senador americano Patrick Moynihan: ‘Todos têm direito à sua própria opinião, mas não aos seus próprios fatos’. Em defesa da coletividade - por exemplo, na pandemia de covid-19 -, foi preciso reafirmar a diferença entre fato e opinião. Tratou-se, por assim dizer, de uma medida de sobrevivência. No entanto, não basta defender o valor dos fatos. É preciso também resgatar o valor da opinião. São realidades distintas, mas não antagônicas. Fatos sem reflexão pouco contribuem. E, por óbvio, opiniões que negam fatos são inúteis e, às vezes, claramente prejudiciais. O ataque contra os fatos foi também uma ofensiva contra a opinião. Passou-se a entendê-la como ato de arbitrariedade individual. Eis o perigo. Ao ser encarada como simples manifestação da vontade, a opinião perde seu sentido mais genuíno, convertendo-se em mero elemento de afirmação individual, em instrumento de divisão e isolamento. A opinião é fundamental numa sociedade. Sem ela - sem reflexão, sem diálogo, não se pode compreender minimamente os fatos. Daí a razão pela qual o jornalismo nunca foi mera produção de fatos. Foi também produção de sentido [...] A combinação entre notícia e análise, tão presente no jornalismo, vale para todos os outros âmbitos da expressão da opinião.”

Como visto, fato e opinião não são a mesma coisa, mas andam juntos e podem se inter-relacionar na construção do diálogo. Uma opinião pode ser dada em cima de determinado fato, porém a opinião jamais deve substituir o fato. No entanto, é exatamente isso o que vem acontecendo na era das redes sociais.

Neste momento vale reestabelecermos alguns parâmetros, para que fiquem claras as linhas que separam o fato da opinião:

MATÉRIA (FACTUAL)

- 1) se restringe aos fatos checados
- 2) não precisa ser assinado pelo repórter
- 3) não pode ter opiniões e adjetivos
- 4) é preciso ouvir os dois lados

ARTIGO (OPINATIVO)

- 1) expõe um ponto de vista
- 2) precisa ser assinado pelo colunista
- 3) pode conter opiniões e adjetivos
- 4) não é preciso ouvir os dois lados



Mas, afinal, por que somos tão resistentes a mudar de opinião? Por que algumas de nossas crenças parecem ser imunes à crítica, ao questionamento, às evidências contrárias? Daniel Gontijo, doutor em Neurociências, se debruçou sobre o tema:

“Fatores intelectuais, sociais e emocionais estão por trás dessa inflexibilidade cognitiva. Em primeiro lugar, alguém pode perseverar em suas crenças ou opiniões por não compreender bem ideias concorrentes, alternativas. Por exemplo, uma pesquisa australiana verificou que, quanto menos os participantes compreendiam o aquecimento global, menos eles acreditavam em sua ocorrência. Mesmo que crenças e valores políticos também expliquem esse tipo de resistência, dados como esse ilustram que a educação científica não pode ser negligenciada. Em segundo lugar, nossas opiniões são consideravelmente moldadas por interações sociais que estabelecemos no cotidiano – e boa parte disso não tem nada a ver com uma busca coletiva e desinteressada pela verdade. Pelo contrário, se você tem familiares mergulhados em grupos virtuais politicamente polarizados, é possível que eles confiem mais nas alegações conspiratórias de seus líderes do que em dados empíricos de pesquisas. De acordo com os resultados de uma revisão sistemática sobre fake news, essa polarização enfraquece as estratégias de convencimento baseadas exclusivamente na racionalidade. Nesse cenário, o “quem está falando” conta mais do que o conteúdo da mensagem, e um argumento factual pode deixar seu interlocutor ainda mais resistente. Diante disso, ficamos inclinados a jogar a toalha, sucumbir ao ditado de que política não se discute e, com isso, salvar o Natal em família. Em terceiro lugar, as emoções estão sempre orquestrando a dinâmica das crenças – mesmo que silenciosamente. Quando avaliamos ideias que conflitam com nossas convicções, somos atravessados por um desconforto capaz de enviesar nosso discernimento. É como se nosso cérebro estivesse sendo ameaçado por corpos estranhos, antígenos, os quais soariam um alarme emocional que nos motivaria a combatê-los para assegurar o equilíbrio interno. Ou, para falar em “psicólogos”, nosso sistema imune psicológico, como alguns autores o nomeiam, se encarregaria de proteger nossas crenças mais valiosas, ou seja, aquelas que definem quem somos nós. As pessoas não brigam por discordâncias triviais como sobre o valor do café ou a previsão de chuva, mas podem se armar contra quem questiona sua centralidade no plano divino ou a relevância de suas lutas sociais. Em suma, quanto mais uma crença integra nossa identidade, mais nos dispomos a defendê-la – mesmo que isso vá contra as evidências.”

Entendendo sobre a LAI (Lei de Acesso à Informação)

A Lei de Acesso à Informação (LAI), ou Lei Federal no 12.527/2011, foi sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamentando e assegurando o direito fundamental da população brasileira ao acesso às informações produzidas e armazenadas por órgãos e entidades da União, dos estados e dos municípios.

A LAI significou um passo vital para a sociedade brasileira que, desde a promulgação da lei, passou a ter o direito de requisitar toda e qualquer informação produzida por órgãos públicos, caracterizando-se como uma quebra de paradigma, que promete não apenas dar mais transparência aos governos, como também superar séculos de sigilos que só serviram a regimes autoritários e à nossa cultura patrimonialista.



Lei de Acesso à Informação



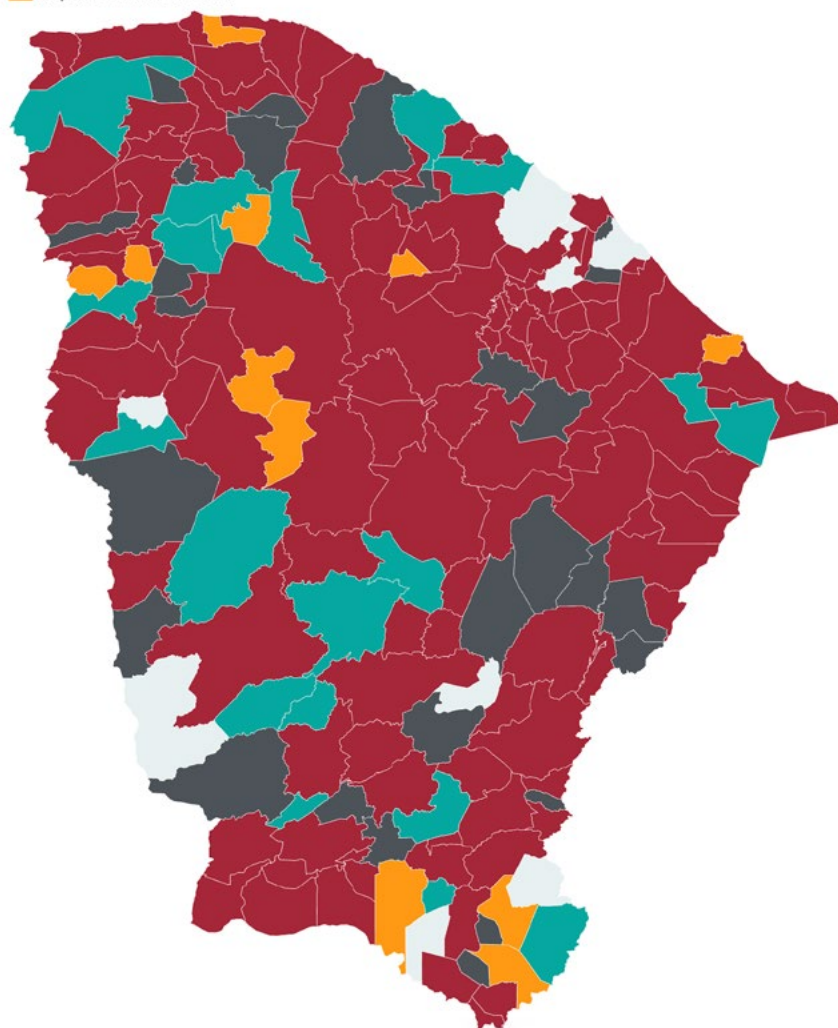
Em tese, seria o marco inaugural de uma nova era para o Brasil, porém, na prática, não é bem isso que tem ocorrido. Como exemplo, uma consulta realizada pelo jornal *Diário do Nordeste* revelou que 89% dos municípios do Ceará não cumprem a Lei de Acesso à Informação.

“Um levantamento com todas as 184 prefeituras do Ceará que buscava saber quantas obras haviam sido paralisadas nos municípios devido à pandemia da Covid-19 resultou na descoberta de um vácuo de acesso à informação em 154 das cidades do Estado. Apenas 20 prefeituras, cerca de 10,9%, responderam a demanda dentro do prazo máximo de 30 dias, determinado pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Das 164 restantes, 10 responderam após o prazo, com atrasos que alcançaram até 117 dias desde a solicitação da demanda. Em 154 cidades, cerca de 83,7% de todas as prefeituras cearenses, não houve retorno aos questionamentos relacionados à paralisação de obras. Em nove delas, não foi localizada sequer a plataforma do Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão, o e-SIC, um sistema virtual que centraliza todos os pedidos de informação amparados pela LAI, dirigidos aos órgãos do Poder Executivo.”

Transparência pública

Situação dos pedidos feitos às prefeituras cearenses via LAI

■ E-SIC não funciona ■ Não Respondido ■ Respondeu em menos de 30 dias ■ Não tem E-SIC
■ Respondeu em mais de 30 dias



Arte: Diário do Nordeste

Já em São Paulo, a situação não é muito melhor. Segundo Campagnucci (APUD BREMBATTI; LIMA, 2020), dois terços das cidades paulistas também não seguem a LAI integralmente.

“As perguntas apresentadas às 645 prefeituras versavam sobre a rede municipal de Educação. Menos de um terço respondeu, enquanto os demais ou ignoraram a demanda ou sequer tinham um sistema em operação para que a equipe de reportagem pudesse registrar o pedido. Outros entraves igualmente preocupantes foram detectados: cidades que exigem o registro presencial, que cobram o motivo da solicitação (o que é vedado pela lei), ou que não apresentam a possibilidade de recurso. O jornal [O Estado de S. Paulo] observou mais desrespeito nas cidades menores. Após consultar especialistas, a reportagem conclui que o descumprimento é fruto da falta de fiscalização e de punição, muito embora a LAI preveja sanções.”

A disparidade também se observa entre os Três Poderes. Ainda segundo Campagnucci (2022),

“Sucessivas avaliações ao longo dos últimos anos mostraram que os índices de cumprimento da LAI são maiores no âmbito do executivo federal quando comparado à situação dos órgãos subnacionais ou do poder Legislativo e, pior ainda, do Judiciário.”

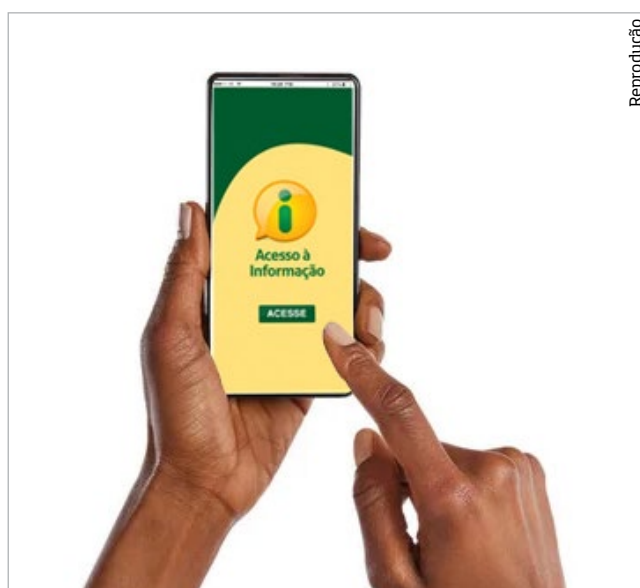
Diante dessa realidade, cabe aqui o questionamento: a sua cidade cumpre a LAI? Ou ainda: existe o sistema para que o cidadão possa solicitar qualquer tipo de informação? E caso ainda não exista, o poder público está buscando essa implementação?



O acesso à informação pública é um instrumento vital para o exercício da Cidadania. Um cidadão bem-informado fica mais preparado para reivindicar seus direitos e dialogar com o poder público.

Devemos levar em consideração que os municípios - especialmente os menores - não dispõem de recursos para implementar sistemas complexos. Porém, já se passaram mais de dez anos da lei em vigor, e houve tempo suficiente para pelo menos dar os primeiros passos.

Vale ressaltar que o cumprimento da LAI não beneficia somente o cidadão, mas também o poder público, não apenas na questão da transparência, mas também para que os governantes e até ex-governantes possam recorrer às informações que produzem ou produziram sempre que questionados e, assim, esclarecer quaisquer dúvidas que possam existir.



Para finalizar: sim, nós temos oficinas!

Imagine criar um jornal em que os alunos são os repórteres, como se estivessem numa redação, se reunindo para discutir as pautas e trabalhando nos textos que entrarão na edição final. Esta é a proposta da *Oficina de Jornal Escolar*, que o Instituto trouxe de volta às escolas em 2024.

Voltada para alunos do Fundamental - Anos Finais e também para o Ensino Médio, a oficina trabalha com atividades textuais e técnicas de apuração de notícias, além de ensinar truques para entrevistar as principais fontes de um fato ou acontecimento.

A parte teórica traz a história do jornalismo, os fundamentos básicos de como um jornal deve funcionar, debates abertos sobre o jornalismo e cidadania na era digital (incluindo um papo sério sobre redes sociais e algoritmos).

Já a parte prática tem como proposta central trazer a cobertura completa das outras oficinas

que o Instituto leva para a escola. Divididos em grupos, eles visitam essas oficinas, falam com professores e alunos e coletam o material que vai entrar no jornal.

Há também processos de construção de uma marca: a definição do nome do jornal e do logotipo ocorrem em votação aberta com a participação de todos. E finalmente, o fechamento com os ajustes finais na diagramação para a posterior impressão no jornal, que chega para as pessoas em versão papel e digital, no formato PDF (baixe alguns exemplos, clicando nas imagens).



Iraquara (BA)



Arinos (MG)

E nós temos EaD de Educomunicação!

Essa oficina integra a área da Educomunicação dentro do Instituto. Isso significa que, além dela, tem também a *Oficina de Fotografia*, que é uma aliada da de jornal, unindo a escrita e a imagem.

E, fechando a trilha de aprendizagem da Educomunicação, tem também a *Oficina de Rádio Escolar*. Quer conhecer mais? Dê uma olhada em nossos cursos EaD (clique nos links ao lado).



Como fazer que os alunos melhorem sua escrita e ainda serem protagonistas? No [EaD de Jornal Escolar](#) nós te contamos!



Fotografar não é só clicar e postar. Em nosso [EaD de Fotografia](#) propomos um novo olhar para o tema. Venha conhecer!



Uma boa comunicação na escola passa por uma rádio bem construída. Saiba como construir uma no [EaD de Rádio Escolar](#)!



Referências Bibliográficas

ATLAS DA NOTÍCIA. Disponível em: <<https://www.atlas.jor.br/>>. Acesso em: 22 de set. 2024.

BIASON, Rita; LIVIANU, Roberto. Doze Leis de Combate à Corrupção. Editora Mackenzie, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso: 22 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 22 set. 2024.

CAVALCANTI, Nicolau da Rocha. Resgatar o valor da opinião. O Estado de S. Paulo, 15 de jan. 2025. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/nicolau-da-rocha-cavalcanti/resgatar-o-valor-da-opiniao/>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

GONTIJO, Daniel. Ser cabeça-dura é a sina de todo ser humano? Cientista conta por que é tão difícil mudar de opinião. O Estado de S. Paulo, 29 de nov. 2024. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/ser-cabeca-dura-e-a-sina-de-todo-ser-humano-cientista-Conta-por-que-e-tao-dificil-mudar-de-opinioao/>>. Acesso em: 9 de dez. 2024.

ESCOLA Base: um repórter enfrenta o passado. Direção de Caio Cavechini e Eliane Scardovelli. Globoplay, 2022.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da Transparência. Editora Vozes, 2016.

HARARI, Yuval Noah. Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial. Companhia das Letras, 2024.

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO. IBS Notícias, edição de abril de 2024. Disponível em: <https://www.brasilsolidario.org.br/wp-content/uploads/IBSNoticias_2024_04.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO. IBS Notícias, edição de setembro/outubro de 2024. Disponível em: <https://www.brasilsolidario.org.br/wp-content/uploads/IBSNoticias_2024_09_10.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.



Equipe IBS fazendo a cobertura das oficinas presenciais





Oficina de Jornal Escolar em Arinos (MG), 2024

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/572424-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo>>. Acesso em: 6 out. 2024.

JORNAL DA TARDE. Edição de 31 de outubro de 2012. Disponível em: <http://trilogiadecharges.com.br/wp-content/uploads/Jornal_da_Tarde_31_10_2012.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2024.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Geração Editorial, 2003.

MELLO, Patricia Campos. Muito pouco do que acontece na internet hoje é espontâneo, diz estrategista. Folha de S. Paulo, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/muito-pouco-do-que-acontece-na-internet-hoje-e-espontaneo-diz-estrategista.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Filipe. Escolas usam jornais para ensinar senso crítico. Folha de S. Paulo, 21 abr. 2018. Disponível em: <https://andi.org.br/infancia_midia/escolas-usam-jornais-para-ensinar-senso-critico-as-criancas/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SÁ, Nelson de. Radicalização nas redes sociais é sintoma de algo maior, diz professora de Columbia. Folha de S. Paulo, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/radicalizacao-nas-redes-sociais-e-sintoma-ou-parte-de-algo-muito-maior-diz-professora-de-columbia.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

WELMA, J.; MENDES, W.; FILHO, O. Direito à Informação: 89% dos municípios do Ceará não cumprem a Lei de Acesso à Informação. Diário do Nordeste. 2 de out. 2020. Disponível em: <<https://diario-donordeste.verdesmares.com.br/politica/direito-a-informacao-89-dos-municipios-do-ceara-nao-cumprem-a-lei-de-acesso-a-informacao-1.2995201>>. Acesso em 10 mar. 2024.

Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados



Instituto
**BRASIL
SOLIDÁRIO**

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS
www.brasilsolidario.org.br